

COLETIVO AMARRAÇÕES:
PSICANÁLISE E POLÍTICAS COM JUVENTUDES.

JUVENTUDES E CONTEMPORANEIDADE:
REFLEXÕES E INTERVENÇÕES.

ORGANIZAÇÃO:
Jacqueline de Oliveira Moreira



ORGANIZAÇÃO:
JACQUELINE DE OLIVEIRA MOREIRA

**JUVENTUDES E CONTEMPORANEIDADE:
REFLEXÕES E INTERVENÇÕES**



Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2020

Coleção

COLETIVO AMARRAÇÕES: Psicanálise e Políticas com Juventudes

© *Copyright*: dos autores

1ª edição 2020

Direitos reservados desta edição:

Universidade de Santa Cruz do Sul

Capa: Denis Ricardo Puhl

Editoração: Clarice Agnes

PARECERISTAS:

Aline Souza Martins (Faculdade Anhangueira-Osasco/SP)

Ângela Bucciano do Rosário (PUC Minas)

Ana Claudia Rena (PUC Minas)

Bianca Ferreira Rodrigues (PUC Minas)

Carolina Nassau Ribeiro (UFMG)

Christiane Odete Matozinhos (UFMG)

Daniela Viola Dutra (UEMG)

Elisa Santa Cecília Massa (UFMG)

Fídias Siqueira (UFMG)

Marcio Rimet Nobre (UFMG)

Monica Eulália Silva (UFMG e Pitágoras)

Sônia Wan Der Maas Rodrigues (UNIFOR)

J97	Juventudes e contemporaneidade [recurso eletrônico] : reflexões e intervenções / organização: Jacqueline de Oliveira Moreira. - 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2020. (Coleção Coletivo amarrações : psicanálise e políticas com juventudes). Dados eletrônicos. Texto eletrônico. Modo de acesso: World Wide Web: www.unisc.br/edunisc Inclui bibliografias. ISBN 978-65-990443-2-8 1. Psicologia do adolescente. 2. Jovens - Saúde mental. 3. Serviço social com adolescentes. 4. Direitos dos adolescentes. I. Moreira, Jacqueline de Oliveira. II. Série. CDD: 155.5
-----	---

Bibliotecária responsável: Muriel Thürmer – CRB 10/1558



BRINCAR-INFRAACIONAL: ENTRE O “FAZ DE CONTA” E AS GRADES DE FERRO

Sandra Djambolakdjian Torossian,
Bruno Armando Diab Papini,
Mayara Squeff Janovik

Questões da Clínica

Os adolescentes da Fundação de Atendimento a Socioeducação (FASE) são frequentemente encaminhados para o Grupo de Trabalho Álcool, Outras Drogas e Questões Adolescentes (GT) da Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS). São situações nas quais os usos ou comércio de drogas se colocam como demanda para atendimento por parte dos jovens. A parceria entre as instituições começou em 2013 a partir de um pedido da FASE que estava, na época, com dificuldades de encontrar espaços de atendimento psicoterápico.

O trabalho entre as equipes da FASE e o GT da CAP/UFRGS fundou-se com a condição de que houvesse uma parceria efetiva de implicação entre as equipes, guardando as especificidades das funções de cada espaço, mas evitando o simples encaminhamento de um serviço para o outro. É importante ressaltar que são muitas as interrogações que essa parceria institui no campo da socioeducação. No entanto, acreditamos que a escuta dos jovens atendidos é sempre fonte de problematizações da escuta psicanalítica. E é nessa via que este texto se inscreve, no campo das interrogações.

Andressa¹ é uma adolescente de 16 anos, que chega até a CAP/UFRGS dentro de uma caminhonete com os braços imobilizados por uma algema. Três agentes a acompanham para garantir que ela não use suas pernas livres para desviar do destino previamente determinado até o atendimento.

Anderson é um jovem de 17 anos que no momento inicial do atendimento está impossibilitado de sair da FASE, por isso, ele passa a ser atendido pela CAP/UFRGS naquela instituição. Internado pela quinta vez desde os doze anos, o atendimento se dá em uma pequena sala gradeada.

O primeiro atendimento desses adolescentes rompe com alguns costumes do acolhimento. Esses casos (e tantos outros) traziam para o espaço de escuta o embaçamento entre demanda e coerção; entre sujeito e infração. Entendendo que a demanda no contexto da socioeducação pode ser severamente atravessada por práticas coercitivas, surgem questões: o que traz Andressa e Anderson até a Clínica? É possível constituir uma demanda singular nesse contexto? Como criar um espaço de escuta atravessada por uma instituição total? Como trabalhar a singularidade do

1 Todos os nomes mencionados no texto são fictícios.



desejo frente a uma instituição que invade e determina as formas de ser adolescente?

Antes de entrar no prédio, conforme fora combinado com o GT, as algemas de Andressa foram retiradas. Mais do que evitar a limitação dos movimentos dos braços, um sentido clínico-institucional desenhava-se naquele gesto. Apesar das salas pequenas, dos agentes e da porta de ferro que separa o dentro e o fora do prédio, a ação tinha como objetivo marcar uma fronteira entre as duas instituições pelas quais Andressa estava transitando.

As balizas que separam as instituições precisam ser defendidas. No entanto, também é necessário apostar justamente na fragilidade dos muros institucionais, na porosidade dessas fronteiras. Durante o atendimento que se dava dentro da FASE, Anderson explora os armários, as gavetas, as paredes e escreve nas mesas da pequena sala onde é atendido. Dessacraliza as fronteiras que limitam sua liberdade para inscrever-se em um mundo que o quer reformado - com outra forma. Denuncia de todas as maneiras que não está tão encarcerado quanto aparenta.

Aposta-se que os sujeitos movimentam-se, dançam, *brincam*, criam, experimentam *com* e também *apesar* das algemas e das grades. Escuta-se como perspectiva ética a singularidade inerente a cada sujeito, pois quando nos referimos a uma instituição *total*, nos referimos a uma *pretensa* e sempre impossível universalidade. Haverá sempre um sujeito a ser escutado, não importa em que condições esse sujeito se apresenta e nem que dispositivos de escuta estão disponíveis.

Dessa forma, o espaço de atendimento na Clínica não é um trabalho ancorado nas medidas socioeducativas, mas um trabalho de escuta clínica de pessoas que cumprem medidas, com ênfase no sujeito. É a partir dessa posição de escuta que surgem questões que tangem o processo adolescente desses sujeitos.

Vida Loka - Entre o corte da Espada e o perfume da Rosa.

-“Eu escolhi a Vida Loka. Vendia drogas. Cheirava cocaína. Tava sempre com uma arma na cintura. Tirava 500 conto por dia!” (Andressa)

Vida Loka Parte II - Racionais Mc's²

[...]

Mas ó, conforme for, se precisar,
afogar no próprio sangue assim será
Nosso espírito é mortal, sangue do meu sangue
Entre o corte da Espada e o perfume da Rosa
Sem menção honrosa, sem massagem.
A Vida é Loka, nego
E nela eu tô de passagem
[...]

2 Trecho da música “Vida Loka Parte II”, de autoria de Mano Brown.



A “Vida Loka” é um espaço de reconhecimento para muitos jovens brasileiros que vivem o contexto de criminalidade. É um campo em que o jovem pode testar suas fronteiras como experiência de suas potências e *superpotências*, seu corpo no limite do seu desfazimento e a própria morte da vida infantil, no qual pode sentar-se no frágil trono da superpotência e tatear até onde pode chegar.

A *morte* e o *sucesso* são, ao mesmo tempo, as extremidades e a prescrição da Vida Loka. É no jogo entre ambas, *o corte da espada e o perfume da rosa*, que o adolescente encontra sua rede simbólica de significação. O jovem em conflito com a lei jurídica, por vezes, está bastante adequado e em conformidade com a lei da Vida Loka.

“O que você quer? Viver pouco como um rei? Ou muito como um Zé?”³.

Do lado de fora da Vida Loka está o Zé Povinho⁴, aquele que possivelmente o Vida Loka já teve o desprazer de sentir encarnado em seu corpo. O Zé Povinho é um ser invisível que se confunde com a paisagem urbana, que não detém os objetos fálicos que cimentam o Ideal de Ego compartilhado nessa sociedade. É um Zé, cuja singularidade foi tão brutalmente fraturada pelos olhares e não olhares, que compartilha o nome com tantos outros Zé’s. O tênis de marca, a camisa de grife, a própria arma, são artefatos que carregam o reconhecimento. Agora com uma arma e um tênis de marca, como um *rei/rainha*, desperta olhares por onde passa. Sejam esses de medo ou desejo, o Zé passa a ser olhado.

Ainda que questionemos a qualidade de “glória vã” que Soares (2005, p. 216) atribui à perspectiva da criminalidade como insurgência frente aos olhares aniquiladores da nossa sociedade classista, racista e patriarcal, o antropólogo nos ajuda a entender algumas operações possíveis na Vida Loka. Em seu livro *Cabeça de Porco*, ele afirma que “o jovem troca seu futuro, sua alma, seu destino, por um momento de glória, um momento fugaz de glória vã; seu futuro pelo acesso à superfície do planeta, onde se é visível” (SOARES, 2005, p. 216).

As facções ofertam um espaço de existência e reconhecimento para os jovens. Arma, dinheiro, poder. No entanto, acompanham a uberização das relações de trabalho. Disponibilizam franquias de soldados mirins em diversos territórios. Acompanham a dança de uma sociedade de consumidores onde o trabalhador, a vida, é o produto a ser consumido, transformando as pessoas em mercadorias (BAUMAN, 2008). E como em uma fábrica em alta produtividade, a vida dos jovens torna-se cada vez mais barata e dispensável.

De verdade ou de brincadeira: o jogo do Polícia e Ladrão com a arma que dispara

Andressa

A eficaz rede de comunicação do comércio de drogas onde Andressa trabalhava possibilita o aviso prévio da chegada da polícia. Todos corriam antes de serem

3 Referência à música “Vida Loka Parte II”, de autoria de Mano Brown.

4 Referência à música “Vida Loka Parte II”, de autoria de Mano Brown.



alcançados. Andressa pede licença para seu terapeuta para explicar o que acontecia, pois descreve a experiência a partir da satisfação que a fuga da polícia produzia nela, e não através de réguas morais. Andressa fala que correr da polícia era como uma *brincadeira* e sente muita falta desse brincar. Demonstra preocupação, pergunta ao terapeuta se é normal ela sentir-se dessa maneira com relação a fugir da polícia.

Em um dos bailes que gostava de frequentar, seus pares convidaram Andressa a participar de um crime. Andressa narra que pensou ser uma brincadeira, um “faz de conta”. Acreditava que iam apenas assustar a vítima. Após constatar o crime efetivado, corre para casa e tranca-se no banheiro. Coloca a mão na própria face e olha-se no espelho, tentando procurar um rosto que parecia ter fugido do seu corpo. Não consegue se reconhecer.

Um mês após o ocorrido, a polícia chega até Andressa, que já não suporta mais correr.

Anderson

Aos 12 anos, Anderson olha para os meninos mais velhos com roupas e tênis de marca, correntes de ouro e dinheiro. Aproxima-se deles e pergunta como fazem para conseguir todas *aquelas coisas*. Seu primeiro roubo fora acompanhado por um ladrão veterano. Entusiasmado, Anderson descreve a adrenalina de despistar a polícia nesse roubo primeiro.

Nos sucessivos roubos, ainda que sempre contasse com um parceiro, já fazia as abordagens sozinho. Costumava usar uma *arma de brinquedo* em seus assaltos. Pouco sabia sobre manusear uma *arma de verdade*. Também, apesar do status luxuoso de seus pares ter sido o pivô de seu primeiro roubo, pouco lhe interessava o dinheiro que obtinha. Para Anderson, o que importava era a adrenalina, era a satisfação do jogo em que se inseriu. Certa vez chegou a considerar abandonar o objeto recém roubado, pois esse tornara-se um estorvo para o jovem que queria ir para o baile.

Anderson entra com uma *arma de verdade* no abrigo onde está morando. No quarto, tira o carregador contendo as balas e brinca com a pistola destravada. Narra que aponta para um amigo e companheiro de quarto e puxa o gatilho para *brincar* com ele. Acostumado a usar *armas de brinquedo*, não tem experiência em desmuniciar *armas de verdade* e não percebe que ainda tem uma bala na câmara da pistola.

O tiro atinge o ombro de seu amigo. Antes da polícia chegar para prendê-lo, Anderson desespera-se e tenta atirar contra a própria cabeça. No entanto, não há mais balas na *arma de verdade*.

A trama entre a adolescência e o brincar

O brincar é um dos temas trabalhados por Winnicott (1975), que destaca o caráter de transicionalidade desta atividade, apresentada com maior intensidade na infância, mas que permanece durante toda a vida em diferentes atividades lúdicas



e artísticas oferecidas pela cultura. Na mesma obra em que se dedica a conceituar a transicionalidade, o autor dedica-se a trabalhar sobre a adolescência. Winnicott (1975, p. 187) é categórico ao afirmar que a estrutura social, termo utilizado como “substantivo coletivo”, é um dos fatores que a compõem. Afastando radicalmente qualquer possibilidade de compreensão que vincule uma boa criação familiar a uma ausência de problemas, propõe:

Outra fonte de confusão é a suposição corrente de que se as mães e os pais criarem bem seus filhos, haverá menos problemas. Longe disso! [...] durante a adolescência os sucessos e fracassos do bebê e da criança retornam para acomodar-se, alguns dos problemas mais atuais são próprios dos elementos positivos da educação moderna e das atitudes modernas em relação aos direitos do indivíduo. (WINNICOTT, 1975, p. 193).

Nessas contribuições trama-se o brincar à adolescência, à cultura e aos direitos, rompendo-se com qualquer proposta desenvolvimentista de acordo com a qual é possível a prevenção de problemáticas na adolescência com um cuidado acertado na infância. Ao contrário, Winnicott (1975) aponta na direção de vários fatores contingenciais que extrapolam o âmbito familiar e poderão se apresentar na composição da experiência adolescente.

Rodulfo (1992, p. 143) situa a adolescência como um hiato, um tempo intermediário, no qual vários trabalhos são necessários. Trabalhos que dizem respeito à elaboração do corpo, mas fundamentalmente à passagem do brincar ao trabalhar. Situa, também, diversas atividades que poderão ser vivenciadas como “ensaios” de trabalho, localizadas nesse espaço intermediário *entre* o lúdico e o trabalho formal. Ainda, salienta que uma das tarefas simbólicas fundamentais nesse processo refere-se à metamorfose do “essencial do brincar infantil em trabalhar adulto”. Uma das chaves principais nessa “mutação” ancora-se no desejo inconsciente que faz com que se invista no trabalho do mesmo modo que vinha se investindo no brincar.

Interessa-nos, aqui, o movimento apontado pelo autor do que ele denomina “brincar com o trabalho” (RODULFO, 1992, p.145). Parece-nos que neste ponto temos uma chave para situar a significação lúdica - uma espécie de brincadeira - que Andressa e Anderson imprimiram em seus atos (infracionais). Há aqui uma posição intermediária, um *entre* brinquedo e trabalho no qual os sujeitos adolescentes se encontram.

Ainda, parece-nos necessário situar o trabalho ao lado de tantas outras demandas sociais que convocam o sujeito a “ser adulto”, demandas essas que são atravessadas, no Brasil, por outros vetores como a raça e a classe social. Assim, pode-se ampliar a compreensão de “trabalho” para aquilo que o mesmo autor situa como trabalhos necessários à adolescência, incluindo aí a posição do sujeito perante as demandas do Outro.

Cabe-nos destacar que vivemos num país no qual a desigualdade social é condição fundante, fato que atravessa a produção de adolescências e juventudes.



A esse respeito, Birman (2006) destaca a transformação da temporalidade da adolescência em função das mudanças produzidas na contemporaneidade, as quais geram novas formas de subjetivação. Com a modificação das relações de trabalho, do lugar social das mulheres, da função da virtualidade na vida dos jovens, o tempo da adolescência se amplia para uns e diminui para outros. De modo geral, situa o autor, a rivalidade ganha espaço em relação à alteridade. Os filhos da classe média e alta permanecem mais tempo próximos a suas famílias ao mesmo tempo em que atendem a um ideal de liberdade.

No entanto, o destino dos filhos das classes pobres toma outro rumo. Esses são frequentemente arrancados precocemente da sua condição infantil pelo imperativo da sobrevivência. Assim, os jovens são obrigados a trabalhar para colaborar com a renda familiar tendo que abandonar a escola, encurtando desse modo o tempo de adolecer.

Sem desconsiderar que Andressa e Anderson são jovens que vivem suas adolescências no segmento menos privilegiado da sociedade, destacamos ainda a experiência adolescente situada por Rodulfo (1992, p. 147) como um campo transicional de ensaio, advertindo se tratar de um laboratório de experiências, de “jogos - ‘como se’, tateios, vacilos, resposta cuja intensidade não deve ocultar-nos sua transitoriedade, identificações alternadamente alienantes e lúdicas”.

Outro fator necessário de ser compreendido, segundo Rodulfo (1992), e que nos parece apresentar uma via para a compreensão do brincar infracional dos jovens escutados, é a fragilidade e vulnerabilidade do processo adolescente e sua dependência das condições de funcionamento do social. Trata-se, aqui, não somente das políticas do mercado, que oferecem a uns mais oportunidades e privilégios do que a outros, mas sobretudo da escassez radical por elas produzidas em relação às ocasiões e possibilidades de

brincar com a futura identidade, o qual é muito mais importante; escassez que retroage sobre a estimulação original transformando-a numa sobredeterminação excessiva e frustrante que excede as possibilidades de simbolização dentro do campo transicional do ensaio, condição de peso para desencadear de resposta de tipo ‘anti social’. (RODULFO, 1992, p.148).

Rassial (1997, p. 17) propõe a adolescência como “momento lógico do ‘a posteriori’ do estádio do espelho, apropriação parcial do olhar e da voz da mãe que reconheceu outrora o que a criança viu”. Na adolescência, o Outro deve reconhecer o “novo corpo”, a “nova voz”. Segundo o autor, a adolescência é uma passagem na qual o olhar e a voz do Outro ganham dimensão ampliada na construção de novas imagens e referências (RASSIAL, 1999).

A passagem adolescente envolve três faces: 1- a inscrição do desejo como desejo próprio; 2- a construção de uma imagem corporal, a partir das modificações pubertárias e do olhar dos pares; 3- teste da eficácia dos Nomes-do-Pai. Todas requerem pontos de ancoragem no desejo do Outro (RASSIAL, 1999).



As contribuições de Rassial trazem um novo elemento para a compreensão da adolescência: a importância do Outro na realização dessa passagem. Um Outro que espelha as transformações corporais, sustenta o teste às referências paternas e auxilia na inscrição do desejo.

A operação adolescente então envolve uma série de passagens relativas à imagem corporal, à inscrição desejante e ao teste pela validade das referências ou ancoragens (não necessariamente familiares e paternas) que orientaram o sujeito até o momento de iniciar essa travessia. Todas elas acompanhadas e testemunhadas pelo discurso das várias pessoas, instituições e culturas que compõem o Outro.

Pela via das identificações, Mannoni (1996) também assinala na adolescência um tempo de passagem ou transição e afirma que em sociedades estáveis, nas quais os modelos de identificação são evidentes, as crises da adolescência são menos visíveis. No tempo da adolescência, existe a necessidade de abandonar as identificações passadas, por exemplo, em relação ao “ser criança”, porém sem poder o sujeito, ainda, colocar-se no lugar do adulto. Esse impasse produz uma ruptura de identificação no eu e faz o adolescente tomar “emprestado” um “ar” que não é o seu.

Mais uma vez apontando para a interface da adolescência com a cultura e o tempo-espço, Rodulfo (2008), diferencia a adolescência da juventude afirmando ser essa um fenômeno ocidental recente, um sintoma subjetivo do que denomina “cisma ocidental”. Segundo o autor, o jovem, que se opõe ao velho/adulto das gerações que o precedem, sempre existiu, mas a adolescência teria surgido há não muito mais do que 50 anos, como sintoma, ruptura da corrente de transmissão. O que dói no adolescente é a ruptura da cadeia geracional, o sentir-se alheio, “o que séculos e séculos de cultura como a que se encontra em museus e bibliotecas não o representam nem lhe representam nada, não o convocam nem o interpelam a tomar seu lugar” (RODULFO, 2008, p. 223). O adolescente renega os ideais a que os adultos lhe convocam.

Moreira, Rosário e Santos (2011) referem que a adolescência consiste no encontro de situações sociais com a transformação da energia psíquica que demanda do sujeito posicionamento frente aos diferentes conflitos. As mesmas autoras afirmam que a categoria de juventude passa a ser valorizada no pós-guerra como consequência da queda do projeto moderno aliada a uma exigência de produzir o consumidor ideal para sua manutenção permanente.

De modo semelhante às considerações de Rodulfo, ressaltam o sentimento de inadequação como uma das características mais importante da juventude, o sentimento de que o seu tempo não o compreende e que precisa ser modificado. Esse sentimento foi o motor para os movimentos políticos da década de 1960 e 1970, e, também, para os movimentos culturais de rebeldia e inovação. No entanto na década de 80 esse sentimento de inadequação será acalmado com as ofertas de produtos para o consumo e a exacerbação dos prazeres. A força de transformação é capturada pelo consumo. Destacamos aqui as diferentes modalidades de relação com o consumo. Sabemos que se coloca como processo subjetivante para todos, no entanto, nem todos podem consumir do mesmo modo.

Nesse hiato, nessa passagem por vezes carregada de inadequações na qual



os adolescentes encontram-se numa posição *entre* o brincar e o trabalhar, entre as demandas sociais infantis e as adultas, Andressa e Anderson encontraram a infração. É por isso que podemos colocar um traço de continuidade entre o brincar e a infração, um traço que poderia inscrever o “como se”, o “de verdade ou de brincadeira”: um brincar-infracional.

Portanto, se a posição do sujeito ancora seus atos como “brincadeira”, as consequências dos mesmos lhe devolvem a realidade jurídica, uma realidade adulta da qual não pode mais fugir. E assim a imagem especular se desfaz e por momentos há uma pane, um impasse no próprio reconhecimento. Entre atos brincantes e atos infacionantes vai acontecendo o movimento de “après-coup” especular.

O brincar-infracional das palavras: do sujeito do direito ao sujeito do inconsciente

Nas lentes do sistema judiciário, o termo “Ato Infracional” denuncia uma dimensão técnica de avaliação dos “atos”. Uma carência de sentidos múltiplos pode ser visualizada no termo que encontra o significado único da transgressão à norma, como uma fratura que o sujeito (na perspectiva singular) causa diante de um Sujeito-Norma, entendido como Sujeito Universal. Esse serve como modelo para sujeitos dotados de singularidades heterogêneas. Segundo Gomes e Aguiar (2018), a universalidade protuberante de uma autoridade imaginária e soberana da jurisprudência, cuja construção discursiva pressupõe a homogeneidade dos indivíduos. De acordo com Oliveira (2010, p. 288), essa construção discursiva atua no sentido de dissolver os indivíduos numa “ficção totalitária de igualdade formal que nega as diferenças e alteridades”.

O sujeito do direito, que se situa na lógica dos direitos e dos deveres, carrega a afirmação de um modelo técnico, “pautado em uma ficção jurídica, está encerrado nos aportes da filosofia transcendental, ou seja, está situado em um espaço-tempo determinado por uma consciência racional” (GUSSO, 2011, p. 44). Portanto, trata-se de um Sujeito kantiano, reduzido à razão, onde o que opera é o controle e consciência dos sentidos como ferramenta através do uso da racionalidade (GOMES; AGUIAR, 2018).

As lógicas institucionais atravessadas na socioeducação afirmam a reformulação do sujeito fraturado por seus próprios atos diante do modelo sujeito do direito. Dessa relação conjuga-se o sujeito-infrator, ou “sujeito-infraturado”, um sujeito deficitário diante de formulações universais e assépticas de existências jurídicas, as quais não se admitem intempestividades nem rugosidades.

As dimensões éticas da escuta clínica psicanalítica pressupõem deixar de lado modelos pré-estabelecidos. O espaço de escuta propõe-se a ser um sítio onde o sujeito afirma seus próprios modelos e, diante desses, fratura a si mesmo, é infrator da sua própria relação com o Outro e afirma seu desejo.

Portanto, aqui se contrapõe o discurso do senso comum de que ‘faltam limites’ quando se explicam, por exemplo, atos criminosos.



Em alguns casos, não se trata de uma precariedade de inscrição da Lei, apesar do aparato coercitivo (leia-se: leis repressivas), mas de uma Lei que não encontra lugar numa subjetividade justamente por se encontrar avassalada por leis. (GOMES; AGUIAR, 2018, p. 192).

Por vezes, Andressa encontrou-se com o excesso de prescrições da lei da Vida Loka. Não pela defasagem de uma lei universal, que desconsidera as multiplicidades de leis que permitem diferentes relações com a alteridade, mas justamente pela conformidade e engessamento de Andressa diante da lei da Vida Loka como mandato.

A Vida Loka dota modelos próprios, morais próprias, e pouco (ou nada) tem a falar sobre a lei jurídica, ainda que a jurisprudência tenha muito a dizer sobre as Leis da Vida Loka para afirmar ela como um “não lugar”. O sujeito-universal é trabalhado em um conceito que Nietzsche chamou de ressentimento, na qual a identidade do sujeito ressentido é definida por um “não” ao outro, pela afirmação de “não identidades” ao seu redor. Definir-se pelo “sim”, por uma afirmação de si mesmo, seria admitir que a identidade comporta fronteiras específicas, o que implicaria a existência de um outro. A afirmação do *outro* como não-sujeito é o que sustenta a identidade universal (GIACOIA, 2001).

Conforme apontam Guerra, Cunha, Costa e Silva (2014), a atuação da psicanálise no sistema socioeducativo traz destaque para a produção de singularidades frente ao universal proposto pelo sistema jurídico, de maneira que podemos depreender que a potência da escuta psicanalítica está na escuta do sujeito. Para além da escuta de adolescentes que cometeram atos infracionais, os atendimentos de Andressa e Anderson consistiram em tratamentos analíticos de dois jovens com suas singulares conflitivas. Dessa forma, a escuta de Andressa em uma instituição separada do local onde cumpria a medida socioeducativa tinha por si só efeitos clínicos, pois marcava que havia algo para além do ato infracional que demandava escuta. Ao mesmo tempo, podemos inferir que um terapeuta externo que ingressa na instituição FASE para dedicar-se exclusivamente à escuta de Anderson também produz repercussões.

Portanto, a ética territorializada na escuta clínica irá deslocar o significante “infrator”: de uma dívida com os modelos do sujeito do direito, passa a ser escutado como aquele que produz um intervalo. Uma “*infratura*”, um campo onde é possível a potência, a experimentação de si mesmo. Dessa perspectiva da falta como intervalo, podemos então escutar o sujeito do inconsciente.

O sujeito para a Psicanálise surge no intervalo da cadeia de significantes, no espaço que um remete a outro. Para tanto, há uma operação lógica na qual, inicialmente, ele se alienaria ao Outro até poder se separar. Sua condição (para não se utilizar as modernas expressões ‘natureza’, ‘essência’) seria a de divisão, a de (des)ser. Portanto, o sujeito não é dado de início, e não é “entificável”. [...] Talvez seja precisamente nessa formulação que faz a partir do contato com o Outro que o humano não possa ser generalizável. O sujeito sempre é singular, diferente do que nos propõe o Direito Penal moderno de origem romana, porque para ser chamado de ‘sujeito’ ele precisa se



desalienar do discurso anterior a ele: o discurso do Outro. (GOMES; AGUIAR, 2018, p. 197).

Nessa sutura, afirmamos a leitura de um brincar-infracional, dando densidade à expressão ato infracional, e fazendo uma diferença do significante carente do sentido jurídico aos múltiplos significados que carregam o brincar.

Winnicott (1975, p. 79) afirma que “é no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem sua liberdade de criação”. É na direção ético-política da falta como dispositivo de um impossível a ser tensionado (LAUREANO; CHAVES, 2014), que o psicanalista inglês irá trazer a suspensão da interpretação no espaço de análise como fundamental para a produção de um intervalo “entre a realidade interna do indivíduo e a realidade compartilhada do mundo externo aos indivíduos” (WINNICOTT, 1975, p. 93).

Para Winnicott, os fenômenos transicionais designam uma área intermediária da experiência subjetiva. Lacan inspira-se nos fenômenos transicionais de Winnicott para postular o conceito de *objeto a* (VORCARO; LUCERO, 2011), que seria o espaço intervalar da cadeia de significantes que permitiriam o sujeito desejar. Um campo de experiência da linguagem onde o sujeito desejante ganha corporeidade na cadeia de significantes e nela pode ter uma experiência de “self”.

O jovem percorre a cadeia simbólica dos significantes da Vida Loka, dando corpo para o seu desejo dentro dos valores fálicos dessa cadeia. A relação adolescente de tensionamentos de uma Lei Simbólica, que perde seu estatuto *uno*, propicia um intervalo onde o jovem poderá experimentar suas potências em uma outra cadeia simbólica, estabelecendo uma nova relação com o Outro.

O brincar-infracional e a transferência

Por vezes, o choque entre a linguagem do terapeuta e a linguagem de Andressa produziam um intervalo entre ambos, onde era possível que a jovem experimentasse uma fratura de sua própria cadeia de significantes. O fenômeno movimentava o terapeuta também, que precisava deslocar sua própria cadeia e produzir um brincar junto com a adolescente.

Andressa corria risco de vida no caminho para a terapia. Seu terapeuta perguntou se ela estava se cuidando. A resposta de Andressa é que não andaria armada na rua, estava cumprindo uma medida socioeducativa, e o que seu terapeuta *estava sugerindo* era descabido. Um não entender, uma ruptura produzida na alteridade causa um instante de suspensão do significante “cuidado” tanto para paciente quanto para terapeuta.

Para Winnicott (1975, p. 82), é preciso sustentar esse desentendimento “sem presumir a existência de um fio significante”; dar lugar para os paradoxos e suspender interpretações, que buscam sempre uma circularidade entre os acontecimentos, pois é numa área que sustenta uma experiência de alteridade como diferença que é possível inventar a si mesmo, experimentar-se, descobrir-se. É nessa perspectiva que



o psicanalista inglês traz o brincar em atendimento: como um pintor experimentando as cores para fazer uma obra, o sujeito experimenta-se nos significantes para produzir o seu self. Nessa perspectiva podemos afirmar que todo brincar é infracional, pois todo brincar tensiona os significantes.

Antes de entrar no ramo do comércio ilegal de drogas, Anderson fora apelidado de "MC". Compunha raps espontaneamente em batalhas de rimas. O apelido era um reconhecimento que o jovem recebeu por sua maestria com o jogo das palavras. Em atendimento, Anderson compõe versos e ritmos. Para acompanhar, seu terapeuta faz as batidas na mesa da madeira da pequena sala dentro da FASE. Ambos compõem uma música, as batidas acompanham o brincar com as palavras da experiência de Anderson em atendimento.

Na brincadeira, as palavras se entrelaçam entre seus significantes aprisionados a seus significados. Na rima associativa e fluida, surgem alguns lapsos.

A composição do jovem é marcada: "eu não sou o que os outros esperam de mim". Nessa composição, cria-se um espaço lúdico onde o adolescente pode experimentar sua inadequação como uma potência diante dos ideais que esperam de Anderson. O jovem emerge dessa fratura e afirma esse "não lugar" como um terreno apropriado para a criação de si mesmo.

A rede de saúde envolvida no caso aposta em Anderson como MC. O jovem responde transferencialmente ao movimento da rede a partir do mesmo território que percorriam suas rimas: "não sou o que os outros esperam de mim". Anderson é enfático para seu terapeuta: "Esperam que eu seja MC. Não serei MC". No entanto, é nas palavras dos Racionais MC's que Anderson dá seguimento ao jogo entre terapeuta e paciente, nas poesias que Anderson marca no caderno de seu terapeuta, nas inconfessáveis músicas que diz compor quando está triste e sozinho, nos riscos que faz na mesa de madeira em que é atendido.

Anderson inscreve-se e faz seu mundo possível no intervalo onde o outro não está esperando por ele. Brincando de ser *esperado* e *inesperado*, visível e invisível, articula e constitui suas identidades imaginárias.

Andressa, já em semi liberdade, vai até o atendimento sozinha, sem algemas e constitui um andar próprio de alguém que não ocupava as ruas da cidade já fazia 2 anos e 6 meses. Em dado momento, Andressa falta ao atendimento para ir na sua Mãe-de-Santo. Desvia as normas reformadoras do sujeito do direito, que previam um caminhar específico da jovem que saía da FASE. Mostra que os territórios percorridos pelo sujeito do inconsciente estão para além do esperado. Na ocasião, Andressa pede confiança ao seu terapeuta diante da FASE sobre sua falta imprevista ao atendimento. Como um pedido de acolhimento desse *inesperado*, enlaça-se um pacto transferencial, entre a jovem e seu terapeuta, que previa a cisão do espaço do atendimento e a FASE.

Era um segredo compartilhado, entre jovem e terapeuta, diante de uma instituição que tudo queria saber. O espaço de confiança que o incidente possibilitou foi fundamental para que Andressa pudesse brincar consigo mesma. Passa a associar mais livremente e experimentar o agridoce que sentia na sua própria *semi liberdade* subjetiva, como um significante de alguém que se sente refém e dona de si mesma.



Andressa pede a seus Orixás que a controlem, pois teme para onde suas próprias vontades podem levá-la. No espaço criado em terapia e no jogo entre ser livre e não ser livre, Andressa cria seu próprio modo semi liberto de existir.

Para Lacan (1936, p. 89), “a ação terapêutica deve ser definida como um duplo movimento pelo qual a imagem, a princípio difusa e fragmentada, é regressivamente assimilada ao real, para progressivamente desassimilada do real”. O processo *subverte*, transgride, o registro imaginário para dar lugar a outro. É nessa perspectiva que o analista acompanha, brinca junto, criando um espaço onde o adolescente pode experimentar o fazimento e desfazimento da própria imagem de corpo:

Com efeito, é no próprio movimento que o sujeito lhe comunica, através de sua intenção, que o observador é informado desta, e até insistimos na primordialidade dessa via; inversamente, pela assimilação que o observador propicia entre ele mesmo e a imagem, ele subverte já na origem a função desta no sujeito; ora, ele só identifica a imagem no próprio progresso dessa subversão, e tampouco encobrimos o caráter constitutivo desse processo. (LACAN, 1936, p. 89).

O brincar-infracional das palavras infringe sobre os significados imaginários de seus significantes. Os jovens tornam-se infratores da sua própria fortaleza imaginária na qual é refém e dono, esperado e inesperado. No jogo da experimentação da formulação e deformação do Eu imaginário, no *fort-da* entre identificações e desidentificações, o adolescente constitui uma fratura diante de seus próprios modelos, elaborando seus processos no mesmo terreno onde experimenta novos modos de existir.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Vida para consumo - a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.
- GIACOIA, O. J. *Nietzsche como psicólogo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- GOMES, M. M.; AGUIAR, F. G. (2018). Sobre sujeito do direito e sujeito da psicanálise. *Cad. Psicanál. (CPRJ)*, v. 40, n. 39, p. 191-212, 2018.
- GUERRA, A. M. C.; CUNHA, C. F.; COSTA, M. H.; SILVA, T. L. Risco e Sinthome: a psicanálise no sistema socioeducativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 171-177, 2014. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722014000200006>
- GUSSO, L. C. S. O sujeito de direito entre a transcendência e o desejo: uma leitura psicanalítica de poder e resistência. *Revista de Direito da Univille - Universidade da Região de Joinville*, Joinville, v.1, n.1, p. 44-51, 2011.
- LACAN, J. Para além do “Princípio de realidade”. *In: Escritos*. Tradução R. Vera. Rio

